

Classe Social

As classes sociais são categorias de pessoas determinadas pelo acesso diferencial aos recursos económicos da sociedade, sejam eles bens patrimoniais ou rendimentos. Expressam as desigualdades económicas. Mas não se reduzem a categorias situadas numa escala de maior ou menos “riqueza” e “pobreza”, incorporando igualmente outras dimensões. Os economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo consideraram três categorias básicas de rendimentos, às quais associaram as correspondentes classes sociais: *renda da terra*, *lucro* e *salário*, que correspondiam respectivamente a *proprietários*, *empresários capitalistas* e *trabalhadores assalariados*. Para estes autores, a renda urbana era uma forma particular da renda da terra, e o juro uma “renda derivada” – do lucro em caso de empréstimo para a produção ou das outras duas classes de renda no caso de empréstimo para o consumo. Reconheciam também a existência de outras classes sociais: os camponeses independentes e os artesãos, cujas rendas consideravam uma combinação de duas das rendas originais mencionadas (ou das três). Assim, o camponês que cultiva a sua própria terra recebe um rendimento que pode conceber-se como a soma da renda da terra, do benefício empresarial e da remuneração do trabalho, uma vez que ele participa dos três factores de produção. Finalmente, no esquema dos clássicos figuram também todas aquelas pessoas que recebem salários ou outros emolumentos das administrações do Estado ou “dos ricos”; trata-se, segundo Adam Smith, de “trabalhadores improditivos” com “rendas derivadas”: “O trabalho de muitas das mais respeitáveis classes sociais, tal como o dos criados, não produz qualquer valor, não se fixando nem corporizando em qualquer objecto durável ou mercadoria vendável [...] O soberano, por exemplo, bem como todos os funcionários tanto da justiça como da guerra que servem sob as suas ordens, todo o exército e toda a marinha, são trabalhadores improditivos. São servidores do público e é uma parte do produto anual da actividade dos outros indivíduos que os mantém. [...] Na mesma classe teremos de incluir tanto algumas das mais sérias e importantes profissões, como algumas das mais frívolas: os eclesiásticos, os advogados, os médicos e os homens de letras de todos os géneros, os actores, os bobos, os músicos, os cantores de ópera, os bailarinos, etc.” (Smith, 1993, pp. 582-3).

A estrutura das sociedades actuais já não é a de finais do século XVIII, mas a classificação de Smith e Ricardo foi um ponto de partida para sucessivos enriquecimentos da noção de classe social. Marx sublinhou que por trás dos três tipos de renda há outras tantas distribuições da propriedade dos meios de produção. Ainda que tenha mantido a renda da terra como rendimento específico, observou que na segunda metade do século XIX ela tomava cada vez mais a forma de lucro porque a terra surgia cada vez mais como uma forma de capital. Por isso sustentou que a estrutura básica de classes tendia a reduzir-se a duas classes antagónicas, *burguesia* e *proletariado*, cujas respectivas fontes de rendimento eram a *mais-valia* (que engloba o lucro empresarial e o juro do capital) e o *salário*. A raiz desta distribuição dos rendimentos ou rendas era a desigual distribuição da propriedade dos meios de produção. Os burgueses possuem estes meios, enquanto que os proletários não têm senão as suas mãos e o seu cérebro, vendo-se obrigados a vender a sua força de trabalho aos primeiros. Esta tese contém o esboço de uma teoria geral das classes sociais, segundo a qual *as classes* – seja qual for a sociedade considerada – *definem-se consoante a sua posição na estrutura da propriedade dos meios de produção*. Marx admitia também a existência, além da burguesia e da classe operária, de outras classes e camadas às quais atribuía papéis específicos, por vezes importantes, nas lutas políticas e sociais, embora pensasse que só as duas classes fundamentais tinham a capacidade para conduzir a sociedade e que as demais estavam condenadas a reduzir-se ou a desaparecer e a ocupar posições politicamente subalternas. Porém, não elaborou uma teoria omnicompreensiva das classes, embora a tenha esboçado.

Isto é surpreendente se se tiver em conta que ele atribuiu às classes e seus conflitos um papel fundamental. Como reza a primeira frase do *Manifesto do Partido Comunista*, “a história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes”. Esta tese implica tornar a existência de classes sociais extensiva a todas as sociedades humanas e não apenas à sociedade moderna. Supõe também que as classes não têm uma existência puramente económica, mas também atributos sociais, políticos e culturais, pois são actores colectivos dos processos históricos. As classes constituem-se quando os seus membros percebem a comunidade dos seus interesses, traduzem esta percepção em reivindicações e aspirações e lutam contra outras classes para consegui-las. Assim, as classes desenvolvem instituições

políticas (como a comuna urbana da burguesia medieval europeia) ou organizações próprias (como os partidos políticos de base classista ou os sindicatos operários). Também a cultura é influenciada pelas aspirações de uma ou outra classe social. A aspiração iluminista à soberania popular e aos direitos universais do homem era um protesto da burguesia e das classes populares contra a sociedade feudal estamental, que reservava os direitos à aristocracia de sangue, e o socialismo uma aspiração dos trabalhadores assalariados contra a propriedade privada capitalista e a exploração económica. Para Marx e seus seguidores, a história das artes, a filosofia e a cultura em geral podem interpretar-se, pelo menos parcialmente, em função da existência de classes e da luta entre elas.

Pode aplicar-se a definição das classes sociais segundo a propriedade dos meios de produção (e o controlo da força de trabalho) aos distintos “modos de produção” identificados na teoria da história de Marx. No escravagismo o amo possui os meios de produção e a força de trabalho, visto que os trabalhadores estão reduzidos à condição de “coisas” e são propriedade do amo. No feudalismo e outros regimes senhoriais, os meios de produção são partilhados entre o senhor e o servo (com formas sobrepostas de direitos sobre a terra) e o mesmo ocorre com a força de trabalho: o servo fica com uma parte do produto do seu trabalho, mas está obrigado a ceder outra parte ao senhor, de modo que só controla parcialmente a sua capacidade de trabalho. No regime burguês o capitalista possui as fábricas e as máquinas e o trabalhador controla a sua própria força de trabalho: é um trabalhador “livre”, nem escravo nem servo. A sua relação com o patrão é contratualmente livre, ainda que, ao não gozar da propriedade dos meios de produção, esteja obrigado a vender a sua força de trabalho ao possuidor dos mesmos para poder viver. Daí a sua condição dependente e explorada. Para o marxismo a teoria da exploração é inseparável da teoria das classes sociais.

Considerar as classes como actores sociais colectivos leva ao conceito de “*consciência de classe*”, que na tradição marxista tinha principalmente por lastro uma teoria da revolução socialista que confere à classe operária um papel decisivo de “sujeito revolucionário”. No vocabulário marxista, consciência de classe significa geralmente, de forma redutora, consciência anti-capitalista e vontade de superar revolucionariamente a ordem burguesa, e

não o que sói entender-se como *cultura* operária, mentalidade, hábitos, etc., empiricamente observáveis. Marx distinguiu, com um vocabulário hegelizante, a “classe em si” (o conjunto de pessoas que ocupam um lugar equiparável na estrutura da propriedade) da “classe para si”, que, no caso da classe operária, designava a classe que tinha já adquirido consciência de si mesma e da sua missão revolucionária e emancipadora da humanidade. No entanto, muitos pensadores e historiadores marxistas estudaram a consciência operária como “cultura operária” ou “popular” no segundo sentido mencionado, como é o caso de Antonio Gramsci, E.P. Thompson ou Pierre Vilar, entre outros.

A definição das classes sociais com base na propriedade teve grande influência nas ciências sociais. Max Weber concebeu as classes em termos semelhantes aos de Marx, mas introduziu correcções importantes à teoria. Partilhava a ideia que as diferenças de classe têm um carácter essencialmente económico, relacionado com a propriedade da riqueza ou a exclusão dela. Mas não aceitava que a divisão em classes (económicas) fosse generalizável a toda a história humana. Julgava-a exclusiva das sociedades onde as relações entre os distintos actores económicos se estabelecem no mercado. Sustentava também que havia três fontes independentes de desigualdade entre os seres humanos: a *classe*, o *status* e o *poder político*. O status corresponde ao prestígio social, que pode derivar da linhagem, do mérito militar ou outro, do carisma, etc. Weber não aceitava a redução destas duas fontes de desigualdade à primeira. Esta modificação da teoria das classes teve influência na sociologia posterior, inclusive num autor marxista como Eric O. Wright, que elaborou um esquema complexo que combina a *propriedade* com a *formação escolar* e a *autoridade* como três dimensões complementares da classe social.

Outra corrente importante do pensamento social, o *funcionalismo*, que habitualmente não fala de classes sociais, tem uma visão muito distinta das desigualdades. Estas estão ligadas à divisão social do trabalho e cumprem a função de distribuir os indivíduos pelas diferentes profissões. As remunerações diferenciais atribuem a cada pessoa uma recompensa que se estima mais ou menos adequada à função desempenhada. Se as recompensas fossem iguais para todos, os mais competentes não ocupariam os postos de mais trabalho, ansiedade ou adiamento da recompensa. Assim, assegura-se uma certa harmonia e um funcionamento da

vida social baseado na aceitação das diferenças. Nesta visão a desigualdade não se relaciona com os interesses individuais nem com os conflitos que uma diferença ou oposição de interesses podem causar: o interesse colectivo eclipsa os interesses particulares. Apenas a sociedade – diz Durkheim – “pode determinar qual o prémio que deve, em princípio, ser atribuído a cada classe de funcionários, na defesa dos interesses comuns” (Durkheim, 1982, p.242).

A influência do funcionalismo em sociologia creditou o discurso da *estratificação* como substituto do das classes sociais. De acordo com uma metáfora geológica, as desigualdades são mostradas como *estratos* sobrepostos, em que os superiores superam quantitativamente os inferiores, quer se trate de nível de rendimentos ou de nível de estudos. A classificação das pessoas por estratos tem a vantagem operativa de ser fácil de estabelecer mediante observação empírica e cálculo, e por isso utiliza-se profusamente nos estudos sociológicos. Mas não deve confundir-se com a classificação por classes sociais.

As mudanças ocorridas no século XX no Ocidente obrigaram a rever a herança teórica marxista sobre as classes. Os funcionalistas ou afins a esta corrente renunciaram, como se viu, à linguagem das classes sociais. Por outro lado, vários fenómenos constituíam um desafio à teoria marxista. O prognóstico de uma crescente polarização entre as duas grandes classes antagónicas, burguesia e proletariado, não se cumpriu. Já nos finais do século XIX se alertava para uma evolução no sentido de uma concentração de capitais (com traços oligopolistas) e para uma evolução técnica, que faziam emergir camadas “médias” que não eram resíduos de formações económicas pré-capitalistas – e destinadas por essa razão a desaparecer – mas fruto genuinamente novo da nova situação, e destinadas a desenvolver-se com o capitalismo e as burocracias públicas e privadas. Para caracterizá-las, o austro-marxista Karl Renner introduziu a noção de “classe de serviço” (*Dienstklasse*), destacando que, mesmo sendo formalmente assalariada, esta classe cumpria funções de serviço para o capital: vigilância, enquadramento, mando, organização, etc. Estas funções, destinadas a crescer nas grandes organizações empresariais – e nas burocracias públicas –, geram vínculos específicos entre estes “funcionários” e os empresários (ou a “classe política”) ao serviço dos quais estão. A noção de “classe de serviço” apontava assim para a assunção por

parte de camadas sociais específicas de funções ligadas à propriedade dos meios de produção, mas susceptíveis de serem desempenhadas por actores outros que não os proprietários directos. O neoweberiano Frank Parkin utilizou a noção renneriana de “classe de serviço” quase literalmente. Por outro lado, a diferenciação entre propriedade (dos meios de produção, ou do capital) e gestão (empresarial), que Marx já tinha observado a propósito das sociedades anónimas, suscita desafios semelhantes na aplicação do conceito de classe social.

Há outros desafios que procedem de outras evoluções da estrutura social contemporânea. A associação dos clássicos entre “rendas originais” e “produção”, que relegava os rendimentos de médicos e professores para a categoria de “rendas derivadas” próprias de trabalhos “improdutivos”, é hoje difícil de manter. Em sociedades muito tecnicizadas e complexas como as actuais, onde a tecnociência tem aplicações muito concretas tanto na produção como na gestão social, é muito difícil considerar estes (e outros) grupos sociais como categorias mais ou menos residuais e derivadas. Estes grupos contribuem de modo central para a produção e reprodução do sistema social e técnico e para o bem-estar da população. Dado que na sua imensa maioria vivem de um salário, pode-se classificá-los como “trabalhadores”, embora os seus níveis de formação académica possam ser uma dimensão mais determinante do seu nível económico e do seu prestígio social que a condição salarial. Por outro lado, com a crise do fordismo, a grande empresa com milhares de operários divide-se e externaliza actividades para pequenas empresas subsidiárias. Os pequenos proprietários que as possuem e gerem são formalmente tão independentes como os donos das multinacionais, mas o seu status real assemelha-se mais ao de um capataz de uma secção de uma grande fábrica do que ao de um patrão.

O amplo mundo das “classes intermédias”, por conseguinte, não só não foi reduzido como se ampliou e tornou mais complexo, sujeito a novas interdependências. Os camponeses proprietários e os trabalhadores autónomos da pequena indústria permanecem. A velha ideia dos clássicos sobre a modalidade das suas rendas renasceu com a noção de “rendas mistas” (soma de renda, lucro e salário), e aplica-se também aos pequenos comerciantes e aos profissionais por conta própria, que proliferam com a emergência de novas profissões

ligadas ao amplo mundo dos serviços (serviços pessoais, hotelaria, comércio, etc.), ao progresso técnico e à difusão do saber académico.

Finalmente, há que referir as camadas sociais que não conhecem uma localização formal clara no sistema de classes, tal como costuma ser conceptualizado, devido a fenómenos de *marginalização*. Tanto nos países ricos como nos empobrecidos muitas pessoas desprovidas de recursos produtivos não alcançam emprego remunerado estável e vivem em situações laborais descontínuas e/ou precárias, sem domicílio, na mendicidade ou noutras situações parasitárias. Para designar estas pessoas cunhou-se o termo *sub-proletariado*.

Na prática sociológica a linguagem da estratificação sobrepõe-se à das classes sociais. Usam-se frequentemente as categorias “classe alta”, “classe média” e “classe baixa” (e as subcategorias “média-alta”, “média-baixa”, etc.) como um procedimento pouco rigoroso mas cómodo para descrever as desigualdades nas complexas sociedades modernas, que permite classificar com certa aproximação certos traços e condutas dos grupos sociais. Nos hábitos de consumo, por exemplo, sectores operários bem pagos assemelham-se a estratos pequeno-burgueses, o que justifica classificar uns e outros como “classe média”. Alguns sociólogos, como Pierre Bourdieu, destacaram, porém, que esta classificação não capta traços culturais “de classe”.

Joaquim Sempere

→ Direita/Esquerda; Igualdade; Marxismo; Proletariado; Revolução

Bibliografia

- Bourdieu, P. (1979): *La distinction*, Éditions de Minuit, Paris.
- Carabaña, J. e de Francisco, A. (1993), *Teorías contemporáneas de las clases sociales*, Fundación Pablo Iglesias, Madrid.
- Clémenceau, G. (1919), *La mêlée sociale*, Eugène Fasquelle, Paris.

- Durkheim, E. (2008): *El suicídio*, Ediciones Akal, Madrid [trad. port.: Luiz Cary, Margarida Garrido e J. Vasconcelos Esteves, *O Suicídio* (1982), Editorial Presença, Lisboa].
- Gohn, M.G. (1995), *História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*, São Paulo, Edições Loyola.
- Goldthorpe, J.H. et al. (1969), *The affluent worker in the class structure*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Goldthorpe, J.H. (1987), *Social mobility and class structure in modern Britain*, em colaboração com C. Llewellyn e C. Payne, Clarendon Press, Oxford.
- Gorz, A. (1964), *Stratégie ouvrière et néo-capitalisme*, Seuil, Paris.
- Gorz, A., ed. (1973), *Critique de la division du travail*, Seuil, Paris.
- Lipset, S. e Bendix, R., eds. (1967), *Class, status and power. Social stratification in comparative perspective*, Routledge and Kegan Paul, London.
- Lipset, S. e Bendix, R., eds. (1969), *La movilidad social en la sociedad industrial*, Eudeba, Buenos Aires.
- Mallet, S. (1969), *La nueva condición obrera*, Tecnos, Madrid.
- Marx, K. (1966), *El capital*, trad. de W. Roces, FCE, México [libro III, cap. 52: “Clases sociales”].
- Marx, K. e Engels, F. (1998), *Manifiesto comunista*, Crítica, Barcelona [trad. port.: José Barata Moura e Álvaro Pina, in Marx, Engels, *Obras Escolhidas*, Lisboa, edições avante, Tomo I, 2008, pp. 108-159].
- Negt, O. e Kluge, A. (1979), *Sfera pubblica ed esperienza. Per un'analisi dell'organizzazione della sfera pubblica borghese e della sfera pubblica proletaria*, Gabriele Mazzotti, Milano.
- Parkin, F. (1984), *Marxismo y teoría de clases: una crítica burguesa*, Espasa-Calpe, Madrid.
- Ramis, P. (1992), *Argentine workers. Peronism and contemporary class consciousness*, Pittsburgh University Press, Pittsburgh.
- Smith, A. (1993), *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza entre as Nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Labini, P. (1981), *Ensayo sobre las clases sociales*, Ediciones Península, Barcelona.

- Thompson, E.P. (1989), *La formación de la clase obrera en Inglaterra*, Crítica, Barcelona.
- Thompson, E.P. (2000), *Costumbres en común*, Crítica, Barcelona.
- Wright, E.O. e Becker, U. (1992), *El debate sobre las clases sociales*, Universidad Complutense, Madrid.
- Wright, E.O. (1994), *Clases*, Siglo XXI, Madrid.
- Wright, E.O. (1997), *Class counts. Comparative Studies in class analysis*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Wright, E.O. (2005), *Approaches to class analysis*, Cambridge University Press, Cambridge.

Tradução: Paulo Barcelos